



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E
AFRO-BRASILEIROS

JOSENILSON DA COSTA

Do Racismo Estrutural à Práxis Antirracista: A Implementação da Lei nº 10.639/03 por meio de Sequência Didática na EJATEC do Quilombo Urbano da Liberdade.

São Luís – MA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E
AFRO-BRASILEIROS

JOSENILSON DA COSTA

Do Racismo Estrutural à Práxis Antirracista: A Implementação da Lei nº 10.639/03 por meio de Sequência Didática na EJATEC do Quilombo Urbano da Liberdade.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Cidinalva Silva Camara

São Luís – MA

2025

JOSENILSON DA COSTA

Do Racismo Estrutural à Práxis Antirracista: A Implementação da Lei nº 10.639/03 por meio de Sequência Didática na EJATEC do Quilombo Urbano da Liberdade.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Cidinalva Silva Camara

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cidinalva Silva Câmara (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^º. Rosenverck Estrela Santos (1º avaliador/a)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Tatiane da Silva Sales (2º avaliador/a)

Universidade Federal do Maranhão

O importante não é ser o primeiro ou primeira, o importante é abrir caminhos.

Conceição Evaristo

AGRADECIMENTOS

A concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa a culminância de uma jornada marcada por fé, apoio e dedicação. Por isso, a gratidão se estende a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para este feito.

Em primeiro lugar, dedico este trabalho a Deus, fonte inesgotável de força, esperança e sabedoria, que guiou meus passos em cada desafio da vida acadêmica.

À minha família, meu porto seguro e a base de todos os meus sonhos. O apoio incondicional, a paciência e o amor foram o alicerce que me permitiu perseverar.

Expresso minha profunda gratidão à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ao corpo docente do curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, por oferecerem uma formação crítica e comprometida com as questões sociais e raciais.

À minha Orientadora de TCC, Professora Cidinalva Silva Câmara, pela inestimável contribuição intelectual, pela paciência e pela condução rigorosa e humana na elaboração desta monografia. Sua expertise foi crucial para a fundamentação e a estruturação final deste trabalho.

Ao Professor Marcelo Pagliosa Carvalho, meu Docente Orientador no Programa de Residência Pedagógica (PRP), pela fundamental orientação, pelas discussões aprofundadas e pela confiança em meu trabalho durante a vivência na escola-campo. Sua experiência foi decisiva para a minha formação e para o diagnóstico que originou esta proposta.

Ao Preceptor da escola-campo, Professor Pedro Cutrim Cordeiro, do C.E. Prof. Luís Alves Ferreira, pelo acolhimento, pela partilha de saberes e pela colaboração no cotidiano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (EJATEC). Aos colegas residentes, pela parceria e pelas trocas que enriqueceram a vivência no Programa.

Finalmente, à comunidade do Quilombo Urbano da Liberdade e aos estudantes do EJATEC, por compartilharem suas histórias e por me ensinarem que a educação é, acima de tudo, um ato de esperança e empoderamento.

A todos, o meu sincero e eterno obrigado.

Josenilson da Costa

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta-se em duas etapas articuladas. A primeira consiste na experiência pedagógica vivenciada no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, realizada no Centro Educacional Professor Luís Alves Ferreira, situado no Quilombo Urbano da Liberdade, em São Luís (MA), contexto marcado por fortes expressões de identidade negra e quilombola. Essa etapa teve caráter diagnóstico e formativo, possibilitando a observação da prática docente, a realização de regências no âmbito da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJATEC) e a análise crítica de um currículo ainda fortemente eurocentrado, que silencia ou subvaloriza as identidades negras e quilombolas, apesar das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 10.639/03. A segunda etapa do trabalho, decorrente diretamente dessa experiência de residência pedagógica, consiste na elaboração de uma proposta de intervenção pedagógica, materializada na construção de uma sequência didática intitulada “Raça, História e Identidade: Desconstruindo Mitos e Valorizando o Protagonismo Negro”. Tal sequência foi concebida a partir das necessidades educacionais identificadas durante a residência, utilizando conteúdo da História do Brasil como eixo temático para problematizar o racismo estrutural e promover reflexões críticas sobre identidade, pertencimento e protagonismo negro. Ressalta-se que a sequência didática não foi aplicada, configurando-se como uma proposta pedagógica fundamentada na prática observada. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza interventiva-propositiva, ancorada na experiência da Residência Pedagógica. O arcabouço teórico articula os conceitos de racismo estrutural, conforme Silvio Almeida, justiça cognitiva, a partir de Boaventura de Sousa Santos, e educação antirracista.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Lei nº 10.639/03. EJATEC. Quilombo Urbano da Liberdade. Sequência Didática.

ABSTRACT

This Final Course Project is presented in two interconnected stages. The first consists of the pedagogical experience lived within the scope of the Pedagogical Residency Program, carried out at the Professor Luís Alves Ferreira Educational Center, located in the Quilombo Urbano da Liberdade, in São Luís (MA), a context marked by strong expressions of Black and Quilombola identity. This stage had a diagnostic and formative character, allowing the observation of teaching practice, the carrying out of teaching sessions within the scope of Youth and Adult Education Integrated with Professional Education (EJATEC), and the critical analysis of a curriculum that is still strongly Eurocentric, which silences or undervalues Black and Quilombola identities, despite the guidelines established by Law No. 10.639/03. The second stage of the work, directly resulting from this pedagogical residency experience, consists of the elaboration of a pedagogical intervention proposal, materialized in the construction of a didactic sequence entitled "Race, History and Identity: Deconstructing Myths and Valuing Black Protagonism". This sequence was conceived based on educational needs identified during the residency, using content from Brazilian History as a thematic axis to problematize structural racism and promote critical reflections on identity, belonging, and Black protagonism. It is important to note that the didactic sequence was not applied, configuring itself as a pedagogical proposal grounded in observed practice. Methodologically, the study is characterized as qualitative research of an interventional-propositive nature, anchored in the experience of the Pedagogical Residency. The theoretical framework articulates the concepts of structural racism, according to Silvio Almeida, cognitive justice, based on Boaventura de Sousa Santos, and anti-racist education.

Keywords: Structural Racism. Law No. 10.639/03. EJATEC. Urban Quilombo of Liberdade. Didactic Sequence.

LISTA DE SIGLAS

- **BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- **CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- **CEAA** – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
- **CCH** – Centro de Ciências Humanas
- **DCNERER** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
- **EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- **EJATEC** – Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica
- **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- **MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- **PNAAL** – Plano Nacional de Alfabetização de Adultos
- **PRP** – Programa de Residência Pedagógica
- **PROEJA** – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA
- **RER** – Relações Étnico-Raciais
- **SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- **TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso
- **UFMA** – Universidade Federal do Maranhão

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, CURRÍCULO E A EJA COMO ESPAÇO DE JUSTIÇA SOCIAL.....	13
2.1 Racismo Estrutural e a Hierarquia Social Brasileira.....	13
2.2 O Currículo Escolar como Reprodução e o Imperativo Legal Antirracista.....	16
2.3 A Educação de Jovens e Adultos (EJA/EJATEC): Trajetória, Justiça Cognitiva e o Compromisso com a Práxis Antirracista.....	17
2.4 Território e Identidade: O Quilombo Urbano da Liberdade.....	20
3. EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICA NA ESCOLA PROFESSOR LUIS ALVES FERREIRA.....	24
3.1 DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL E ANÁLISE DO PLANO DE AULA.....	31
4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: “Raça, História e Identidade: Desconstruindo Mitos e Valorizando o Protagonismo Negro”	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

As Relações Étnico-Raciais (RER) configuram-se como um campo de análise que investiga o complexo tecido de interações sociais entre diferentes grupos, evidenciando as estruturas de poder, discriminação e valorização desigual que historicamente moldaram a sociedade brasileira. Educar para as RER constitui um imperativo ético e político, uma vez que a escola, enquanto espaço de formação e socialização, deve assumir o protagonismo na desconstrução do racismo estrutural — herança direta da colonização e da escravidão — e na promoção da justiça social e cognitiva.

Nesse sentido, ao valorizar as narrativas, culturas e contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, a educação escolar atende ao que dispõem as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, combatendo a invisibilidade histórica e os estereótipos que comprometem a construção da identidade, do pertencimento e da autoestima dos estudantes. A efetivação dessas diretrizes legais contribui, portanto, para a consolidação de uma sociedade efetivamente democrática, plural e equitativa.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em duas etapas complementares e indissociáveis. A primeira etapa consiste na experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, vinculada à CAPES e à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), realizada no Centro Educacional Professor Luís Alves Ferreira, localizado no Quilombo Urbano da Liberdade, em São Luís do Maranhão. Essa etapa teve caráter diagnóstico, formativo e reflexivo, possibilitando a observação sistemática do cotidiano escolar, a vivência da regência em turmas do EJATEC e a análise crítica das práticas curriculares adotadas.

A segunda etapa do trabalho decorre diretamente da primeira e consiste na elaboração de uma sequência didática voltada à Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJATEC), construída com base nas experiências, desafios e lacunas identificadas durante a Residência Pedagógica. Assim, a proposta didática apresentada neste trabalho não se configura como um exercício teórico abstrato, mas como um produto pedagógico fundamentado na prática docente vivenciada em contexto real.

No contexto da EJA/EJATEC, os estudantes trazem consigo trajetórias de vida marcadas por interrupções escolares, inserção precoce no mundo do trabalho e experiências de discriminação racial e social. Conforme constatado no primeiro momento deste trabalho, durante a experiência de regência na Residência Pedagógica, o currículo escolar ainda se

apresentava fortemente eurocentrado, subvalorizando as identidades negras e quilombolas dos educandos, apesar de a escola estar inserida no maior quilombo urbano do Brasil.

Diante dessa realidade, e considerando que a EJA deve constituir-se como um espaço de ressignificação, reconhecimento e justiça cognitiva, formula-se a seguinte questão norteadora:

Como desenvolver e aplicar uma prática pedagógica, no contexto do EJATEC, que promova a reflexão crítica, o respeito à diversidade e a valorização das identidades individuais e coletivas em relação às questões étnico-raciais, desconstruindo os mitos históricos que marginalizam a população negra?

O objetivo geral deste trabalho é elaborar uma sequência didática, fundamentada na experiência da Residência Pedagógica, voltada ao trabalho com as Relações Étnico-Raciais no EJATEC, utilizando conteúdos de História do Brasil — especialmente o período do Final do Império e da Primeira República — como eixo temático para discutir o racismo estrutural e promover o protagonismo negro.

A justificativa do estudo fundamenta-se na urgência de combater o racismo e valorizar a diversidade e as identidades plurais dos estudantes do EJATEC, em sua maioria trabalhadores/as e moradores/as do Quilombo Urbano da Liberdade. Embora as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 representem avanços significativos no campo das políticas educacionais, sua efetivação depende de práticas pedagógicas intencionais, contextualizadas e críticas. Nesse sentido, a experiência da Residência Pedagógica, apresentada como primeira etapa deste trabalho, constitui o diagnóstico que fundamenta e legitima a elaboração da sequência didática proposta na segunda etapa.

Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza interventiva, materializada na construção de uma sequência didática voltada à realidade da EJA/EJATEC. Considerando o perfil singular desse público — jovens e adultos que conciliam trabalho, estudo e responsabilidades familiares —, a proposta articula uma pedagogia flexível, inclusiva e significativa, ancorada nos princípios da educação antirracista.

O produto final está organizado em módulos temáticos interdependentes, fundamentados em uma abordagem ativa e participativa, que estimula a construção coletiva do conhecimento em diálogo com as vivências dos educandos. As estratégias didáticas incluem rodas de conversa, análise crítica de textos históricos, obras de arte e documentos oficiais, uso de recursos tecnológicos e participação de convidados, favorecendo a interdisciplinaridade e o protagonismo discente.

Este trabalho encontra-se organizado em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. A primeira etapa do trabalho apresenta uma discussão teórica e em seguida se descreve a experiência de regência vivenciada durante a Residência Pedagógica no Centro Educacional Professor Luís Alves Ferreira e analisando o diagnóstico do eurocentrismo curricular e da subvalorização das identidades negras e quilombolas no EJATEC. Por fim, à segunda etapa do trabalho, apresenta detalhadamente a sequência didática elaborada a partir da experiência da Residência Pedagógica, bem como a metodologia e os critérios de avaliação formativa da proposta.

2. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, CURRÍCULO E A EJA COMO ESPAÇO DE JUSTIÇA SOCIAL

Esta parte tem como objetivo estabelecer as bases conceituais e o panorama histórico-legal que fundamentam este trabalho. A discussão será iniciada com a análise do Racismo Estrutural na sociedade brasileira, baseada no pensamento de Silvio Almeida (2019), demonstrando como ele se manifesta nas estruturas sociais e é um fator central de desigualdade.

Em seguida, explora-se a relação entre Currículo Escolar e as Relações Étnico-Raciais. Serão abordados o papel do currículo hegemonicamente eurocêntrico como mecanismo de reprodução do racismo; o Imperativo Legal Antirracista, destacando as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER). Em seguida, será apresentada a Trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil (Friedrich et al., 2010), diferenciando-a da modalidade integrada EJATEC, e será introduzido o conceito de Justiça Cognitiva (Noguera, 2014) como compromisso central da EJA.

A contextualização do Território e Identidade do Quilombo Urbano da Liberdade detalha a densidade histórica e cultural do espaço em relação à prática docente. O Quilombo é posicionado como eixo estruturante e catalisador, permitindo que a prática pedagógica se alinhe aos princípios do antirracismo de forma orgânica.

2.1. Racismo Estrutural e a Hierarquia Social Brasileira

No Brasil, país onde a população negra (pretos e pardos) constitui a maioria de 55,5%, o racismo estrutural reflete-se em uma hierarquia social nitidamente estratificada. Conforme dados do IBGE (2022), essa disparidade é latente no mercado de trabalho e no campo socioeconômico: indivíduos brancos com ensino superior completo chegam a auferir rendimentos 57% superiores aos de indivíduos pretos com a mesma escolaridade. Essa desigualdade se aprofunda na base da pirâmide ocupacional, onde a população negra ocupa as funções mais precarizadas, representando 82,9% dos trabalhadores em atividades elementares como agropecuária e pesca, e 74,5% entre os coletores de resíduos e materiais recicláveis.

A desigualdade racial atravessa também a dimensão espacial e a infraestrutura básica, manifestando-se como racismo ambiental (Acselrad, 2004). Esse fenômeno revela como a população negra e indígena é sistematicamente privada de serviços essenciais, enfrentando um déficit acentuado no acesso ao saneamento básico, à coleta de resíduos e ao abastecimento de água potável. Tal cenário é ainda mais crítico nas regiões Norte e Nordeste. Complementando

esse quadro, o Censo 2022 (IBGE) aponta que a precariedade habitacional incide de forma severa sobre esses grupos, com indicadores alarmantes em estados como Roraima e Amazonas.

Insegurança e a violência representam a dimensão mais crítica da hierarquia racial brasileira. A letalidade que atinge a população negra é alarmantemente superior, com uma taxa de homicídios quase três vezes maior do que a de brancos — 34,1 por 100 mil habitantes frente a 11,5, conforme o Atlas da Violência (2022). Essa violência física é acompanhada pela violência simbólica do cotidiano: pesquisas recentes (Instituto Locomotiva, 2024) indicam que 84% das pessoas pretas relatam ter sofrido discriminação racial em suas atividades diárias. Esse quadro de desigualdades, em sua natureza multifacetada, comprova que o racismo estrutural opera tanto na negação de direitos básicos quanto na própria ameaça à vida.

Em face desse cenário de exclusão multiforme, a superação do racismo estrutural não se limita a mudanças ideológicas ou individuais, mas exige a adoção de políticas de reparação e de promoção da equidade. Nesse sentido, as políticas de ação afirmativa, notadamente as cotas raciais para o acesso ao Ensino Superior e aos cargos públicos, emergem como um ponto importante e indispensável. Tais medidas são constitucionalmente legítimas e representam um esforço concreto do Estado para mitigar a dívida histórica com a população negra e indígena, atuando diretamente contra a reprodução das desigualdades em esferas cruciais como a educação de nível superior e a distribuição de poder e renda, conforme exigido pela própria lógica de transformação das estruturas sociais.

Entretanto, para que medidas estruturais — como as políticas de cotas — alcancem sustentabilidade e para que a base da sociedade seja efetivamente transformada, a intervenção precisa ser, também, pedagógica. Esse quadro de desigualdades, que evidencia o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira, reforça que a Educação das Relações Étnico-Raciais não se configura apenas como uma medida complementar. Trata-se de um imperativo ético e político crucial para desconstruir hierarquias históricas e promover a equidade. Nesse cenário, a escola emerge como o campo prioritário onde essa conscientização deve ser urgentemente implementada.

O campo das Relações Étnico-Raciais (RER) transcende a mera descrição da diversidade cultural brasileira. Conforme apontado na Introdução, o conceito se aprofunda na análise das dinâmicas de poder e hierarquização que historicamente estabeleceram a raça como um fator central de desigualdade social. A abordagem teórica aqui empregada entende que o Brasil é marcado pelo racismo estrutural, que não se restringe a atos individuais de preconceito,

mas está intrinsecamente enraizado nas estruturas sociais, econômicas, políticas e, crucialmente, educacionais (Neris et al., 2021).

O racismo estrutural é fruto direto do processo histórico de colonização europeia, que se consolidou pela escravização de povos africanos e a subsequente marginalização da população negra e indígena no pós-abolição. A abolição da escravatura, em 1888, não foi acompanhada por políticas de inserção social, resultando na negação de direitos, na violência física e simbólica e na perpetuação de um ciclo de exclusão que ainda hoje se manifesta (NERIS et al., 2021). A persistência de mitos como o da "democracia racial" serviu para camuflar essas iniquidades, impedindo o reconhecimento e o combate efetivo às práticas discriminatórias.

O conceito de Racismo Estrutural, segundo o pensamento de Silvio Almeida (2019), postula que o racismo não é um mero desvio de conduta ou um ato isolado de indivíduos, mas sim um fenômeno que reside nas bases da organização econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira. Ele está profundamente entranhado, sendo uma estrutura constitutiva da nossa realidade e um elemento estrutural gerador que se apresenta como um modo de integração social.

Almeida (2019) concebe o racismo como uma espécie de racionalidade que integra a construção da nossa subjetividade, regulando as relações sociais e criando significados que dão sentido às nossas ações. O racismo, para ele, transcende o âmbito individual e o poder é constitutivo das relações raciais. Desse modo, as instituições são racistas porque a sociedade é racista, sendo o racismo reproduzido no funcionamento das instituições e nas práticas sociais. O autor o define como um fenômeno eminentemente histórico e político. Sua manifestação se dá na ideologia, na política, no direito e na economia, legitimando as discrepâncias que dão sustentação ao sistema capitalista. Nesse sentido, o racismo e a ideia de progresso eurocêntrico foram a base da ideologia imperialista que sustentou a sociedade e suas instituições. O próprio Estado é concebido como um "Estado racista" que utiliza mecanismos de controle e classificação racial para manter relações de opressão e exploração.

Em última análise, o racismo estrutural gera marcadores de exclusão que se manifestam em todas as esferas da vida, expressando-se concretamente na desigualdade política, econômica e jurídica. Por essa razão, Almeida argumenta que sua superação exige mudanças profundas nas estruturas sociais.

Nesse contexto, a escola, embora devesse ser um espaço de equidade, frequentemente reproduz o racismo ao adotar um currículo hegemonicamente eurocêntrico (Felinto, 2012). O currículo tradicional invisibiliza as contribuições de matriz africana e indígena, reforçando

discursos que, por exemplo, justificaram a escravidão ou que associam a população negra a posições subalternas ou ao mundo do crime, como observado nas mídias audiovisuais (NERIS et al., 2021). Portanto, a educação das RER é um imperativo ético e político para desconstruir essas narrativas e promover o reconhecimento da pluralidade étnico-racial como base da identidade nacional.

2.2 O Currículo Escolar como Reprodução e o Imperativo Legal Antirracista

Diante do quadro de profundas e sistêmicas desigualdades raciais exposto na seção anterior, torna-se inquestionável a necessidade de concretizar e educar para as relações étnico-raciais. Este imperativo ético e político é a força motriz por trás das transformações legislativas que buscaram reformular o currículo, reconhecendo o papel da educação como ferramenta fundamental na luta contra o racismo estrutural. É neste contexto que a legislação, em especial as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, ganha seu significado mais profundo.

A luta por uma educação antirracista encontra respaldo legal nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo da Educação Básica.

A Lei nº 10.639/03 foi um marco legislativo que consolidou as reivindicações históricas dos movimentos negros, visando à valorização da identidade e da história afro-brasileira, assegurando a igualdade na valoração das raízes formadoras do país (BRASIL, 2004). Posteriormente, a Lei nº 11.645/08 complementou essa exigência, incluindo a obrigatoriedade da abordagem da História e Cultura Indígena. O Art. 26-A da LDB reforça que esse conteúdo deve ser trabalhado de forma transversal e interdisciplinar, permeando diversas áreas do conhecimento, com destaque para a Literatura, a História do Brasil e a Educação Artística.

Apesar do forte aparato legal e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER), a implementação efetiva ainda é um desafio. O relato de experiência no Capítulo II evidenciou que, mesmo com a legislação vigente, o currículo da escola-campo se mantinha "fortemente eurocentrado". Esse diagnóstico reforça a compreensão de que a simples menção à lei não garante a transformação da práxis pedagógica. Como argumenta Dalben (2006, p. 141), a legislação exige uma formação continuada que transcenda a acumulação de conhecimento, buscando a "reflexibilidade crítica sobre as práticas" e a construção de uma postura profissional antirracista. Assim, a educação das RER

não é apenas um conteúdo a ser ensinado, mas um compromisso ético e político a ser assumido pela escola.

2.3 A Educação de Jovens e Adultos (EJA/EJATEC): Trajetória, Justiça Cognitiva e o Compromisso com a Práxis Antirracista

As discussões aqui desenvolvidas buscaram, portanto, problematizar os desafios que ainda se impõem, em pleno século XXI, à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Embora o debate público sobre o racismo tenha se ampliado, impulsionado sobretudo pelos movimentos negros, persistem entraves estruturais que dificultam a consolidação de uma educação comprometida com a superação das hierarquias epistêmicas e a valorização dos saberes de matriz africana.

Compreendemos que, se a concepção de EJA estiver pautada no direito de jovens e adultos à educação, a prática educativa deverá incorporar, em algum nível, o esforço de inserção de outros conhecimentos que não os hegemonicamente eurocêntricos. Tal inserção constitui uma tentativa de superar a hierarquia epistêmica que restringe a ampliação dos repertórios culturais e da visão crítica dos estudantes acerca da realidade global.

Segundo Noguera (2014, p. 27), “a colonização implicou na desconstrução da estrutura social, reduzindo os saberes dos povos colonizados à categoria de crenças ou pseudo-saberes, sempre lidos a partir da perspectiva eurocêntrica”. Sob essa ótica, torna-se imprescindível reconhecer que os processos educativos ainda reproduzem, em grande medida, essa lógica de silenciamento e subalternização dos conhecimentos não europeus.

Dessa maneira, propomos problematizar o papel da educação das relações étnico-raciais e do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana como dimensões essenciais para compreender criticamente a sociedade contemporânea e as trajetórias formativas dos sujeitos da EJA, contribuindo para a construção de uma prática pedagógica efetivamente decolonial e emancipatória.

De acordo Friedrich et al., 2010, a história da Escolarização de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por iniciativas pontuais e, geralmente, se caracteriza como uma educação compensatória, supletiva e emergencial.

Os autores destacam que a institucionalização da educação de adultos no Brasil começou com a catequização dos indígenas, onde a alfabetização e a língua portuguesa serviram como ferramentas de aculturação. Com a chegada da Família Real, a escolarização de adultos foi implementada para formar trabalhadores para a corte. Um marco importante

ocorreu em 1854, com o surgimento da primeira escola noturna para alfabetizar trabalhadores. No final do Império, a Lei Saraiva de 1881 (Decreto nº 3.029) associou o analfabetismo à incapacidade social ao proibir o voto dos analfabetos, o que levou ao surgimento das "ligas contra o analfabetismo" em 1910. A garantia legal para a educação de adultos veio em 1934, quando a Constituição estabeleceu o ensino primário integral, gratuito e obrigatório, estendendo-o aos adultos como um direito constitucional.

Os autores também destacam que a década de 1940 marcou a vinculação da educação de adultos à formação profissional com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942. O período foi caracterizado por diversas campanhas de alfabetização, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e o movimento "Educação de Várzea". Entre 1958 e 1964, destacou-se a inovadora experiência de Paulo Freire em Pernambuco, que propôs uma pedagogia para a "educação com o homem e não para o homem". No entanto, seu Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA) de 1964 foi extinto logo após o Golpe de Estado.

Já durante o período da Ditadura Militar houve o surgimento de programas com foco no controle político e na formação de mão de obra. Em 1967, foram criados o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC). Em 1971, a Lei nº 5.692 regulamentou o Ensino Supletivo, que passou a ser a principal forma de reposição de escolaridade, aperfeiçoamento e qualificação, visando a recuperação do atraso e a formação de trabalhadores para o desenvolvimento nacional.

Com o fim do regime militar, o MOBRAL foi extinto em 1985 e substituído pela Fundação EDUCAR, que também seria extinta em 1990. No início dos anos 90 (1990), houve a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade dos programas de alfabetização para os municípios, e o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). A grande mudança de nomenclatura veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394) de 1996, que substituiu "Ensino Supletivo" por EJA (Educação de Jovens e Adultos), ampliando o conceito de ensino para educação, embora a lei ainda mantivesse a ideia de suplência por meio de exames e cursos supletivos. Nos Anos 2000, a modalidade passou a ser descrita por suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Por fim, entre 2003 e 2007, o governo lançou iniciativas ampliadas, como o Programa Brasil Alfabetizado, o Projeto Escola de Fábrica, o PROJOVEM e o PROEJA (voltado para a educação profissional técnica de nível médio).

A EJA atende a um público historicamente excluído do sistema educacional regular,

processo frequentemente atravessado por fatores socioeconômicos e raciais. Nesse sentido, ela se constitui como um espaço de justiça cognitiva e social (SANTOS, 2007), ao validar saberes diversos e enfrentar as desigualdades que silenciaram esses sujeitos ao longo de suas trajetórias.

Para o estudante da EJA, o retorno à escola não é apenas a aquisição de diplomas, mas a ressignificação de suas trajetórias de vida. Permite-lhes analisar criticamente o passado, entendendo que a exclusão escolar não é uma falha individual, mas um resultado direto de estruturas de desigualdade (como o racismo estrutural). O conhecimento escolar se torna um instrumento de empoderamento, fortalecendo a autoestima e o reconhecimento como sujeitos de direitos e cultura.

Mais do que a simples reposição de conteúdos, a EJA afirma-se como um campo de justiça cognitiva e social (Santos, 2007; Arroyo, 2011). Ao acolher estudantes cujas trajetórias foram marcadas pela exclusão racial e econômica, a modalidade promove uma 'reumanização' dos sujeitos. Isso ocorre na medida em que a escola deixa de reproduzir a lógica eurocêntrica e passa a valorizar as epistemologias locais, transformando o cotidiano e as lutas da população negra em conteúdo programático e força transformadora.

No contexto de discussões étnico-raciais, a EJA ganha uma dimensão política profunda. Ela é crucial para romper com o currículo eurocêntrico e hegemônico que invisibiliza as contribuições africanas, afro-brasileiras e indígenas. Ao inserir a educação das Relações Étnico-Raciais de forma intencional (Lei nº 10.639/03), a EJA constrói um currículo antirracista que valoriza a pluralidade e promove a equidade, essencial para desconstruir os preconceitos arraigados na sociedade.

Na modalidade EJATEC, a importância é ampliada, pois integra a conclusão do Ensino Médio à formação técnica profissional. Isso não só desenvolve habilidades para o mercado de trabalho, aumentando a empregabilidade, mas também vincula a educação básica a uma formação técnica que pode gerar ascensão social. A EJA/EJATEC, portanto, contribui para a cidadania plena, oferecendo condições reais para que esses jovens e adultos se insiram de forma mais qualificada e autônoma na sociedade.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) — e, particularmente, a modalidade integrada EJATEC — emerge como um espaço pedagógico necessário e potencialmente ideal para a superação do currículo eurocêntrico. A natureza da EJA, pautada na experiência de vida dos estudantes e no diálogo com seus saberes prévios, confere-lhe uma flexibilidade curricular que é crucial para o combate ao racismo estrutural. O público da EJA,

frequentemente composto por sujeitos historicamente marginalizados e impactados pelas desigualdades étnico-raciais, exige que a prática pedagógica vá além da mera suplência. Assim, a EJA se torna um campo de aplicação prioritário das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, transformando a obrigatoriedade legal em um compromisso de justiça cognitiva. Ao utilizar os conhecimentos e o território de origem dos educandos (como o Quilombo Urbano da Liberdade) como eixo temático, a EJA atua como uma pedagogia antirracista intrínseca, pois ressignifica o conhecimento, valoriza a identidade e fornece ferramentas críticas para que os estudantes compreendam e questionem as estruturas de opressão que moldaram suas trajetórias de vida.

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica (EJATEC) configura-se como uma modalidade que transcende a mera conclusão da educação básica. Diferente da EJA tradicional, muitas vezes restrita a um caráter compensatório ou supletivo, a EJATEC fundamenta-se na perspectiva da educação integrada (RAMOS, 2008). Essa proposta busca não apenas reparar o direito negado à escolarização, mas promover uma formação humana integral, articulando o trabalho como princípio educativo para ampliar as oportunidades de ascensão social e inserção qualificada no mercado de trabalho.

O cerne da EJATEC reside na integração curricular, onde os conhecimentos da formação geral e os saberes técnicos se complementam e dialogam de forma indissociável. Essa metodologia exige que os conteúdos das disciplinas comuns sejam contextualizados pela área técnica, conferindo significado prático e relevância imediata ao aprendizado para o aluno-trabalhador. Ao unir a formação humanística à profissional, a modalidade potencializa a capacidade crítica dos estudantes e os prepara para atuar de forma mais autônoma e qualificada na sociedade e na economia.

2.4 Território e Identidade: O Quilombo Urbano da Liberdade

A escola-campo do presente estudo está situada no complexo territorial do Quilombo Urbano da Liberdade, reconhecido oficialmente pela Fundação Cultural Palmares. O conceito de Quilombo Urbano, conforme discutido por Amaranes e Macedo (2024), implica a ressignificação do território urbano através de identidades negras. Esses espaços, formados historicamente pela migração de negros libertos e pela resistência à exclusão, tornam-se redutos de manutenção cultural e pertencimento.

Para a prática pedagógica, reconhecer o status de Quilombo Urbano da Liberdade é crucial. Significa adotar a perspectiva da educação quilombola e decolonial na revisão

curricular, valorizando os saberes locais e utilizando o território como fonte primária de conhecimento. Essa postura de valorização é fundamental para o fortalecimento da autoestima e da identidade dos estudantes que ali residem, promovendo um senso de pertencimento que é essencial para o sucesso escolar.

Para a prática pedagógica, reconhecer o status de Quilombo Urbano da Liberdade é crucial. Significa adotar a perspectiva da educação quilombola e decolonial na revisão curricular, valorizando os saberes locais e utilizando o território como fonte primária de conhecimento. Essa postura de valorização é fundamental para o fortalecimento da autoestima e da identidade dos estudantes que ali residem, promovendo um senso de pertencimento que é essencial para o sucesso escolar.

A magnitude histórica e cultural do local, que abriga o C.E. Prof. Luís Alves Ferreira, é detalhada por Santos, Rabelo e Martins, que contextualizam a formação do bairro:

O Bairro da Liberdade é o maior aglomerado de população negra de São Luís, uma das mais antigas comunidades da capital maranhense, recebeu essa titulação em 1918, com a criação do matadouro público municipal, construído no Sítio Itamacacá. Hoje, no local, funciona a Unidade de Educação Básica Mário Andreazza, autodeclarado quilombo urbano, visto que grande parte de sua população é proveniente de comunidades quilombolas da Baixada Maranhense e de Alcântara, com um centenário conhecido como campina, matadouro e floresta, teve seu dia de fundação instituído no dia 25 de maio, segundo os dados divulgados na imprensa local. No território da Liberdade existem 53 remanescentes quilombolas, cerca de 300 pontos de comunidade tradicionais, mais de 100 manifestações culturais ativas e inativas de origem afro maranhense. A comunidade está inserida nos quadros da periferia urbana em São Luís e reflete um espaço resultante de ocupação desordenada que se delineou durante a implantação dos grandes projetos industriais/tecnológicos, como o centro de lançamento de Alcântara, Alumar, Vale, etc, além de pequenas indústrias na capital maranhense. (Santos; Rabelo; Martins, 2022, p. 2)

A densidade populacional negra, o reconhecimento como quilombo urbano e a riqueza de manifestações culturais indicam que a experiência pedagógica na EJATEC deve partir dessa realidade concreta. A inserção do bairro nos "quadros da periferia urbana" e a relação com a implantação de "grandes projetos industriais/tecnológicos" demonstram que os estudantes da EJA/EJATEC, além de serem sujeitos de direitos e cultura, são impactados diretamente por questões de exclusão socioeconômica e desenvolvimento desigual. Portanto, o currículo deve ser um instrumento que não apenas valorize as raízes históricas e culturais da Liberdade, mas que também forneça ferramentas críticas para que os alunos compreendam e questionem as dinâmicas de racismo estrutural e marginalização que persistem em seu próprio território. A Sequência Didática proposta neste trabalho se fundamenta nessa necessidade, transformando o espaço do Quilombo Urbano da Liberdade no principal catalisador do

processo de ensino-aprendizagem.

O território quilombola da Liberdade, situado na periferia de São Luís, constitui-se como um espaço de profunda relevância sociocultural e política, sendo reconhecido, em conjunto com os bairros Camboa, Diamante e Fé em Deus, como o maior Quilombo Urbano da América Latina. Longe de ser uma comunidade estática ou limitada ao passado rural, a Liberdade é definida como um "quilombo em movimento", onde a luta pela terra se funde à resistência antirracista e à afirmação de identidades múltiplas no contexto urbano. Em 2019, essa trajetória de resistência foi institucionalizada por meio da certificação de Território Quilombola concedida pela Fundação Palmares, legitimando as reivindicações étnicas e culturais de sua população, que é predominantemente negra.

Historicamente, o marco inicial da ocupação da Liberdade remonta a 1918, com a construção do Matadouro Modelo nas terras do antigo Sítio Itamacacá, propriedade de Ana Joaquina Jansen Pereira. O matadouro não apenas impulsionou a economia local e a geração de empregos, mas também serviu como polo de agregação social, atraindo um fluxo contínuo de migrantes. Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1970 e 1980, o bairro consolidou sua identidade negra ao receber migrantes de comunidades quilombolas rurais da Baixada Maranhense e de Alcântara — estes últimos deslocados pela implantação da base de lançamento espacial. Esse processo de ocupação, muitas vezes marcado pela informalidade e pela necessidade de moradia, transformou o bairro na maior concentração de população negra da capital maranhense.

A riqueza do território expressa-se na diversidade de suas manifestações culturais e religiosas, que funcionam como mecanismos de coesão social e visibilidade política. O bairro é o berço de grupos emblemáticos como o Bumba-meu-boi do Mestre Leonardo (Boi da Liberdade) e o Boi de Seu Apolônio (Boi da Floresta), além de ser um território pulsante para o Tambor de Crioula, a Festa do Divino Espírito Santo e o Cacuriá. Paralelamente, a religiosidade de matriz africana, manifestada através do Tambor de Mina e do culto aos Voduns, reforça o sentimento de pertencimento e a preservação de saberes ancestrais que desafiam o silenciamento histórico imposto pelo racismo estrutural.

Nesse cenário, a presença do Centro Educa Mais Prof. Luiz Alves Ferreira assume um papel estratégico de integração entre a educação formal e os saberes tradicionais. A escola, inaugurada em 2021 e batizada em homenagem ao "Doutor Quilombola" — médico e militante que lutou pela dignidade da população negra —, busca alinhar seu projeto pedagógico à realidade de seus alunos, muitos dos quais são moradores do próprio quilombo.

Assim, o território da Liberdade deixa de ser apenas um endereço geográfico para se tornar um espaço de "justiça cognitiva", onde a cultura escolar e a identidade quilombola dialogam para promover a emancipação de jovens e adultos que buscam, na escola, a continuidade de sua trajetória de resistência

Em suma, o presente capítulo estabeleceu a base teórica e legal para a compreensão do problema de pesquisa. A análise do racismo estrutural (Almeida, 2019) evidenciou por que o currículo tradicional na EJA/EJATEC, mesmo no território de resistência do Quilombo Urbano da Liberdade, tende a ser eurocêntrico e a perpetuar iniquidades. Diante desse diagnóstico e fundamentado na EJA como um direito (Friedrich et al., 2010) e uma ferramenta decolonial (Noguera, 2014), o próximo passo é a intervenção prática. Deste modo, o Capítulo II apresentará o Relato de Experiência e a Sequência Didática elaborada e aplicada no C.E. Prof. Luís Alves Ferreira. Essa proposta metodológica visa transformar o arcabouço teórico discutido (Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08) em uma práxis pedagógica efetivamente antirracista e contextualizada, utilizando o território e a identidade do Quilombo da Liberdade como seu principal catalisador curricular.

3 EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICA NA ESCOLA PROFESSOR LUIS ALVES FERREIRA

A experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), constituiu-se como um processo formativo fundamental na construção da identidade docente do licenciando em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. A imersão ocorreu no Centro Educa Mais Professor Luís Alves Ferreira, escola-campo localizada no Quilombo Urbano da Liberdade, em São Luís do Maranhão, território reconhecido como o maior quilombo urbano da América Latina e marcado por intensos processos históricos de resistência, exclusão social e afirmação identitária da população negra.

O Programa de Residência Pedagógica tem como objetivo central o aperfeiçoamento da formação inicial dos estudantes de licenciatura, promovendo a articulação entre teoria e prática por meio da imersão sistemática nas escolas da educação básica. Nesse sentido, a residência ultrapassa a lógica tradicional do estágio supervisionado, pois possibilita ao residente vivenciar de forma contínua as dinâmicas escolares, desde a observação, o planejamento pedagógico, as intervenções didáticas até as regências em sala de aula. Essa vivência permite compreender a escola como um espaço complexo, atravessado por disputas sociais, raciais, econômicas e culturais.

O território da Liberdade, onde se insere a escola-campo, apresenta uma densidade histórica e simbólica que impacta diretamente o cotidiano escolar. Trata-se de um espaço formado majoritariamente por populações negras, muitas delas descendentes de comunidades quilombolas da Baixada Maranhense e de Alcântara, que mantêm vivas manifestações culturais de matriz africana, como o Tambor de Crioula, o Tambor de Mina e o Bumba-meu-boi. Esses elementos não apenas constituem a identidade local, mas também funcionam como instrumentos de resistência frente ao racismo estrutural que historicamente marginalizou esses sujeitos.

Atuar pedagogicamente nesse contexto exige reconhecer que a escola não é um espaço neutro. O próprio nome da instituição, Professor Luís Alves Ferreira, carrega um significado político e pedagógico profundo. Conhecido como “Dr. Luizão”, Luís Alves Ferreira foi médico e militante negro comprometido com a saúde e a dignidade da população pobre e negra de São Luís. Seu legado simboliza a luta por justiça social, acesso a direitos e valorização das

comunidades tradicionais, servindo como referência ética para uma educação comprometida com a transformação social e com a descolonização do currículo.

A atuação do residente ocorreu, principalmente, nas turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJATEC), que atende estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Essa modalidade busca articular a formação geral à formação técnica, nos cursos de Gastronomia e Logística, considerando o trabalho como princípio educativo. O perfil dos estudantes é marcado por trajetórias escolares interrompidas, em sua maioria, por fatores socioeconômicos e raciais, o que evidencia os efeitos do racismo estrutural no acesso e na permanência na educação formal.

A análise diagnóstica realizada durante o período de ambientação revelou que a maior parte dos estudantes possui renda familiar de até um salário mínimo e reside em bairros periféricos de São Luís, como Liberdade, Camboa e Fé em Deus. Esses dados reforçam a compreensão de que o aluno da EJATEC não corresponde ao modelo idealizado pelo currículo tradicional, uma vez que concilia trabalho, responsabilidades familiares e estudos. Diante dessa realidade, tornou-se imprescindível desenvolver práticas pedagógicas que considerassem as múltiplas vivências desses sujeitos, reconhecendo-os como produtores de conhecimento e portadores de saberes historicamente desvalorizados.

A preparação para a atuação na escola-campo foi realizada em etapas, iniciando-se com formações teóricas conduzidas pelo professor orientador Marcelo Pagliosa Carvalho, que abordaram temas como currículo, educação antirracista, legislação educacional e ensino de História e cultura africana e afro-brasileira. Posteriormente, o acolhimento pelo professor preceptor Pedro Cutrim Cordeiro possibilitou a compreensão da dinâmica institucional da escola, do projeto político-pedagógico e da proposta de implementação da Educação Escolar Quilombola.

O período de ambientação incluiu o estudo dos documentos institucionais da LIESAFRO, reuniões pedagógicas com a gestão e o corpo docente, além da observação sistemática das aulas. Essas etapas foram fundamentais para o planejamento das intervenções e das regências, garantindo que a prática docente estivesse alinhada às demandas reais da escola e aos princípios da educação antirracista. Conforme destacam Regis, Neris e Rodrigues (2020), a parceria entre universidade e escola pública possibilita a inserção de debates historicamente negligenciados no currículo, como o racismo, a violência e as desigualdades sociais, promovendo mudanças significativas na postura da comunidade escolar.

Durante a Residência, foram realizadas diversas intervenções pedagógicas, com destaque para a atividade desenvolvida no dia 13 de maio, data historicamente associada à abolição da escravatura no Brasil. A ação consistiu na realização de uma mesa redonda no pátio da escola, com a apresentação de um mural de abolicionistas e o debate crítico sobre o significado da Lei Áurea. A atividade teve como objetivo desconstruir a narrativa eurocêntrica que atribui à Princesa Isabel o protagonismo da abolição, evidenciando o papel central das lutas, resistências e estratégias jurídicas protagonizadas por sujeitos negros.

Foram destacadas figuras historicamente invisibilizadas nos currículos escolares, como Luís Gama, Abdias do Nascimento, Maria Firmina dos Reis e Zumbi dos Palmares. A participação ativa dos estudantes durante o evento revelou o impacto da abordagem crítica, especialmente quando questionaram a ausência dessas personalidades negras nos livros didáticos. Esse momento evidenciou a potência de uma prática pedagógica que rompe com o silenciamento historiográfico e promove o reconhecimento da população negra como sujeito central da história brasileira.

As regências realizadas ao longo da residência abrangeram temas como “O que é a África”, “Para que serve a História”, “Imperialismo”, “Mineração em África” e “O Imperialismo e suas marcas no continente africano”. As aulas foram planejadas a partir de metodologias participativas e do diálogo freireano, valorizando as experiências e os saberes prévios dos estudantes. A vivência da regência permitiu ao residente experimentar, de forma concreta, a complexidade da prática docente e compreender a sala de aula como um espaço de diálogo, escuta e construção coletiva do conhecimento.

A partir das observações realizadas em sala de aula e da aplicação do instrumento “Indicadores da Qualidade na Educação”, especialmente na dimensão “Relacionamentos e Atitudes”, foi possível identificar a necessidade urgente de fortalecer ações institucionais voltadas para a educação antirracista. Os resultados indicaram que, embora exista um reconhecimento da importância da temática racial, ainda persistem práticas discriminatórias naturalizadas no cotidiano escolar, muitas vezes minimizadas sob a lógica do mito da democracia racial.

Diante desse diagnóstico, os residentes, em parceria com professores, coordenação e gestão escolar, iniciaram a construção de uma Biblioteca Antirracista na escola. A iniciativa contou com a arrecadação de obras de autores e autoras negras, como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, e teve como objetivo garantir o acesso permanente a produções intelectuais comprometidas com a valorização das identidades negras. A biblioteca passou a representar um

avanço significativo na institucionalização da educação antirracista, deixando de ser uma ação pontual para tornar-se parte do cotidiano escolar.

As experiências vivenciadas ao longo da Residência Pedagógica evidenciaram que a prática docente ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, configurando-se como um ato político e ético. Estar “do outro lado da sala” possibilitou compreender a dimensão transformadora da educação e reafirmou o compromisso com uma prática pedagógica voltada para a justiça cognitiva e a descolonização do currículo. A residência consolidou a compreensão de que ser professor de História no Maranhão exige um compromisso inegociável com o enfrentamento ao racismo estrutural, com a valorização da educação escolar quilombola e com a construção de uma escola comprometida com a dignidade e os direitos da população negra.

Durante o período de regência no âmbito do Programa Residência Pedagógica, foram ministradas aulas tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio (EJATEC), com foco nos componentes relacionados aos Estudos Africanos e Afro-brasileiros e à Educação Escolar Quilombola. As aulas tiveram caráter dialógico e problematizador, priorizando a participação ativa dos estudantes e a valorização de seus saberes e vivências.

Entre os temas trabalhados destacam-se: “O que é a África”, “Para que serve a História”, “A formação do continente africano”, “Imperialismo”, “Mineração em África” e o processo de Abolição da Escravatura no Brasil, com ênfase no protagonismo negro historicamente silenciado. As aulas buscaram desconstruir narrativas eurocêntricas presentes nos livros didáticos, promovendo uma leitura crítica da história e fortalecendo a identidade dos estudantes.

Momentos significativos ocorreram em atividades coletivas, como a mesa-redonda realizada no dia 13 de maio, na qual os alunos puderam refletir sobre o sentido da Lei Áurea e reconhecer figuras negras fundamentais no processo abolicionista, como Luís Gama, Abdias do Nascimento e Zumbi dos Palmares. Essas aulas extrapolaram o espaço da sala tradicional, envolvendo a comunidade escolar e estimulando o debate crítico.

Os planos de aula foram elaborados de forma criteriosa, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da escola e com os princípios da educação antirracista e quilombola. Cada plano contemplou objetivos claros, conteúdos contextualizados, metodologias participativas e estratégias avaliativas compatíveis com a realidade dos estudantes, especialmente considerando o perfil dos alunos da EJATEC, muitos dos quais conciliam estudo e trabalho.

As metodologias adotadas incluíram rodas de conversa, análise de imagens e murais temáticos, dinâmicas em grupo, problematizações a partir do cotidiano dos alunos e uso de

materiais alternativos. Os planos também previam momentos de escuta e interação, favorecendo o protagonismo discente e tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo.

A elaboração dos planos de aula foi um exercício fundamental de articulação entre teoria e prática, permitindo antecipar possíveis reações das turmas e adaptar as estratégias conforme a dinâmica da sala. Sob orientação do preceptor, os planos foram constantemente avaliados e aprimorados, resultando em aulas que superaram as expectativas iniciais e fortaleceram a formação docente dos residentes.

✓ **PLANO DE AULA 1**

Tema: O que é a África? Desconstruindo estereótipos

Etapas de ensino: Ensino Fundamental (Anos Finais)

Componente curricular: História / Estudos Africanos e Afro-brasileiros

Carga horária: 2 aulas (50 min cada)

✓ **Objetivo geral**

Compreender a África como um continente diverso, histórico e culturalmente rico, desconstruindo estereótipos eurocêntricos e racistas presentes no senso comum.

✓ **Objetivos específicos**

- Identificar a diversidade cultural, étnica e geográfica do continente africano;
- Questionar visões estereotipadas sobre a África;
- Valorizar as contribuições africanas para a formação da sociedade brasileira.

✓ **Conteúdos**

- África: localização e diversidade continental;
- Povos africanos e suas civilizações;
- África para além da escravidão.

✓ **Metodologia**

- Roda de conversa inicial com a pergunta: *“O que vem à sua mente quando se fala em África?”*
- Registro das respostas no quadro para análise crítica coletiva;
- Exposição dialogada com imagens e mapas do continente africano;
- Discussão sobre estereótipos e construção social do racismo;
- Produção de um mural coletivo com frases, imagens e palavras que representem a África real.

✓ **Recursos didáticos**

- Mapa-múndi;

- Cartolina, pincéis, revistas;
- Datashow ou imagens impressas.

✓ **Avaliação**

Avaliação processual, considerando a participação nas discussões, o envolvimento na construção do mural e a capacidade de reflexão crítica dos alunos.

✓ **PLANO DE AULA 2**

Tema: A Abolição da Escravatura e o protagonismo negro

Etapa de ensino: Ensino Fundamental / Ensino Médio (EJATEC)

Componente curricular: História

Carga horária: 2 aulas (ou atividade ampliada)

✓ **Objetivo geral**

Analisar criticamente o processo de abolição da escravatura no Brasil, reconhecendo o protagonismo da população negra e desconstruindo a narrativa centrada na Princesa Isabel.

✓ **Objetivos específicos**

- Compreender o processo histórico da abolição;
- Identificar personagens negros fundamentais para a luta abolicionista;
- Refletir sobre a ausência dessas figuras nos currículos escolares.

✓ **Conteúdos**

- Escravidão no Brasil;
- Lei Áurea;
- Movimentos abolicionistas;
- Luís Gama, Abdias do Nascimento, Zumbi dos Palmares.

✓ **Metodologia**

- Exposição dialogada sobre o contexto da escravidão e da abolição;
- Apresentação de imagens e pequenos textos biográficos;
- Mesa-redonda ou debate orientado com perguntas problematizadoras;
- Produção de um mural de personalidades negras da história do Brasil.

✓ **Recursos didáticos**

- Textos históricos;
- Imagens impressas;
- Cartolina e pincéis.

✓ **Avaliação**

Participação no debate, contribuições durante a mesa-redonda e envolvimento na produção do mural.

✓ PLANO DE AULA 3

Tema: Educação Antirracista e relações raciais na escola

Etapa de ensino: Ensino Médio (EJATEC)
Componente curricular: Projeto Integrador / História / Sociologia

Carga horária: 2 aulas

✓ **Objetivo geral**

Refletir sobre o racismo no ambiente escolar e promover atitudes de respeito, valorização da diversidade e combate às desigualdades raciais.

✓ **Objetivos específicos**

- Identificar práticas racistas no cotidiano escolar;
- Discutir a importância de uma Educação Antirracista;
- Propor ações para tornar a escola um espaço mais inclusivo.

✓ **Conteúdos**

- Racismo estrutural;
- Educação Antirracista;
- Indicadores da Qualidade da Educação (dimensão: relacionamentos e atitudes).

✓ **Metodologia**

- Aplicação de questionário baseado nos Indicadores da Qualidade da Educação;
- Discussão coletiva dos resultados;
- Roda de conversa sobre experiências vividas pelos alunos;
- Construção coletiva de propostas para melhorar as relações raciais na escola.

✓ **Recursos didáticos**

- Questionários impressos;
- Quadro e pincéis;
- Textos de apoio.

✓ **Avaliação**

Avaliação qualitativa, considerando o envolvimento, a capacidade de argumentação e as propostas apresentadas pelos alunos.

3.1 DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL E ANÁLISE DO PLANO DE AULA

A análise do plano de aula elaborado no contexto da Residência Pedagógica evidencia o potencial das práticas pedagógicas antirracistas como instrumentos de enfrentamento ao currículo eurocentrado e de valorização das identidades negras no espaço escolar. Ao propor o tema “*O que é a África? Desconstruindo estereótipos*”, o plano rompe com abordagens tradicionais que reduzem o continente africano à escravidão, à pobreza e ao atraso, elementos historicamente utilizados para sustentar hierarquias raciais e legitimar o racismo estrutural no Brasil.

Do ponto de vista das Relações Étnico-Raciais, o plano de aula dialoga diretamente com os princípios das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, ao inserir a África e a população negra como sujeitos históricos centrais e não periféricos. A estratégia metodológica adotada — especialmente a roda de conversa inicial — permitiu identificar concepções prévias dos estudantes, muitas delas atravessadas por estereótipos construídos socialmente e reproduzidos pelo currículo escolar e pelos meios de comunicação. Esse momento revelou como o racismo opera de forma simbólica, naturalizando imagens negativas sobre a África e, por consequência, sobre a população negra.

A problematização dessas concepções, realizada por meio da exposição dialogada e da análise coletiva das falas, configurou-se como um exercício de descolonização do conhecimento. Ao apresentar a África como um continente diverso, plural e historicamente complexo, o plano de aula promoveu a ruptura com a narrativa única, conforme defendido por autores da educação antirracista, e contribuiu para a ampliação do repertório histórico-cultural dos estudantes.

No contexto da EJATEC, marcado por sujeitos jovens e adultos cujas trajetórias são atravessadas pelo trabalho, pela exclusão social e pelo racismo estrutural, o engajamento dos estudantes mostrou-se significativo. Durante as atividades dialógicas, observou-se uma participação ativa, especialmente quando os conteúdos abordados se conectavam às experiências pessoais e às identidades dos alunos. Muitos estudantes demonstraram surpresa ao reconhecer que a história africana e afro-brasileira extrapola os limites impostos pelos livros didáticos tradicionais, o que favoreceu um processo de identificação e valorização de suas origens.

A construção do mural coletivo representou um momento simbólico de protagonismo discente. Ao selecionar imagens, palavras e frases que representassem uma “África real”, os estudantes assumiram o papel de produtores de conhecimento, deslocando-se da posição

passiva frequentemente atribuída aos educandos da EJA. Essa prática favoreceu o fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento, aspectos fundamentais para uma educação comprometida com a justiça cognitiva.

No que se refere ao engajamento, destacou-se ainda a disposição dos alunos em dialogar, questionar e compartilhar vivências relacionadas ao racismo cotidiano. Em alguns momentos, relatos pessoais emergiram espontaneamente, evidenciando que o plano de aula criou um ambiente pedagógico seguro para a expressão de experiências silenciadas. Tal engajamento confirma que práticas pedagógicas ancoradas nas Relações Étnico-Raciais não apenas ampliam o aprendizado conceitual, mas também mobilizam dimensões afetivas e identitárias do processo educativo.

A análise do plano de aula demonstra, portanto, que a educação antirracista, quando articulada a metodologias participativas e contextualizadas, potencializa o envolvimento dos estudantes e promove aprendizagens significativas. Ainda que a sequência didática proposta neste trabalho não tenha sido aplicada integralmente, a experiência de regência na Residência Pedagógica forneceu evidências concretas de que abordagens dessa natureza são fundamentais para a construção de uma escola comprometida com o enfrentamento do racismo estrutural e com a valorização das identidades negras e quilombolas.

Considerações sobre a experiência pedagógica

As experiências vivenciadas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica no Centro Educa Mais Professor Luís Alves Ferreira permitiram uma compreensão aprofundada da escola como espaço de disputas simbólicas, políticas e epistemológicas, especialmente no que diz respeito às relações étnico-raciais. De modo geral, a residência constituiu-se como um processo formativo extremamente positivo, tanto no que se refere à construção da identidade docente quanto à ampliação da consciência crítica acerca do papel social do professor de História em contextos marcados pela desigualdade racial e social.

Entre os aspectos positivos, destaca-se, primeiramente, a possibilidade de uma imersão prolongada na realidade escolar, o que permitiu ao residente compreender as especificidades da modalidade EJATEC, o perfil dos estudantes e as dinâmicas institucionais da escola-campo. A vivência da regência, aliada às observações em sala de aula, evidenciou o potencial das metodologias participativas e do diálogo freireano para promover o engajamento discente, sobretudo quando os conteúdos trabalhados dialogavam com as experiências, identidades e trajetórias de vida dos estudantes.

Outro aspecto positivo refere-se ao impacto das abordagens antirracistas desenvolvidas durante as aulas e intervenções pedagógicas. As atividades que problematizaram o eurocentrismo curricular, como as discussões sobre a África, o processo de abolição da escravidão e o protagonismo negro, suscitaram interesse, participação ativa e questionamentos críticos por parte dos alunos. Esses momentos revelaram a potência de uma prática pedagógica que reconhece os estudantes como sujeitos históricos e produtores de conhecimento, contribuindo para o fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento e da consciência histórica.

Destaca-se ainda, como resultado positivo da experiência, a mobilização coletiva em torno da construção da Biblioteca Antirracista. Essa iniciativa extrapolou o espaço da sala de aula e representou um avanço na institucionalização da educação antirracista na escola, demonstrando que ações pedagógicas intencionais podem gerar impactos duradouros no cotidiano escolar quando articuladas ao compromisso da gestão, dos professores e da comunidade.

Entretanto, a experiência também evidenciou limites e desafios, que configuram aspectos negativos ou, mais precisamente, tensionamentos estruturais do contexto educacional. Entre eles, ressalta-se a permanência de práticas e concepções eurocentradas no currículo oficial, mesmo em uma escola localizada em um território quilombola. Observou-se que, embora haja abertura para o debate racial, muitas ações ainda ocorrem de forma pontual e dependem da iniciativa individual de professores e projetos específicos, não estando plenamente integradas à prática pedagógica cotidiana.

Outro desafio identificado diz respeito às condições objetivas de funcionamento da EJATEC, como o cansaço dos estudantes após longas jornadas de trabalho, a evasão escolar e a limitação de tempo para o desenvolvimento de atividades mais aprofundadas. Esses fatores impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e exigem do professor uma postura sensível, flexível e criativa, capaz de adaptar conteúdos e metodologias à realidade dos educandos.

É a partir desse conjunto de experiências — marcadas por avanços, desafios e contradições — que se evidencia a importância de pensar e planejar uma sequência didática estruturada. A Residência Pedagógica cumpriu, nesse sentido, um papel diagnóstico fundamental, ao revelar tanto o potencial transformador das práticas antirracistas quanto a necessidade de sistematizar essas ações de forma contínua, coerente e articulada ao currículo.

Dessa forma, a elaboração da sequência didática apresentada no capítulo seguinte emerge como um desdobramento reflexivo da experiência vivenciada, e não como uma proposta desconectada da realidade escolar. Trata-se de uma proposta pedagógica, construída a partir das necessidades identificadas durante a residência, que busca aprofundar o trabalho com as Relações Étnico-Raciais no contexto da EJATEC. Ressalta-se, contudo, que essa sequência ainda não foi aplicada, configurando-se como um instrumento de planejamento e intervenção futura, passível de adaptações conforme o contexto e as especificidades da turma.

Assim, as considerações aqui apresentadas reafirmam que a experiência da Residência Pedagógica foi decisiva para a compreensão de que a educação antirracista não pode se restringir a ações pontuais ou comemorativas, mas deve ser pensada de forma sistemática e intencional. A sequência didática proposta no próximo capítulo representa, portanto, uma tentativa concreta de responder aos desafios identificados, apontando caminhos possíveis para a construção de uma prática pedagógica comprometida com a justiça cognitiva, a valorização das identidades negras e o enfrentamento do racismo estrutural no espaço escolar.

4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: “Raça, História e Identidade: Desconstruindo Mitos e Valorizando o Protagonismo Negro”

A sequência didática intitulada “Raça, História e Identidade: Desconstruindo Mitos e Valorizando o Protagonismo Negro” não foi aplicada integralmente durante o período da Residência Pedagógica. Tal fato não se configura como uma limitação da proposta, mas como uma escolha pedagógica e metodológica coerente com as condições objetivas da regência e com o caráter formativo da Residência.

Durante a RP, as aulas ministradas ocorreram majoritariamente em formato de intervenções pontuais e regências distribuídas, com cargas horárias reduzidas e temas previamente definidos em diálogo com o professor preceptor e com o planejamento da escola-campo. Esse formato impossibilitou a aplicação contínua e sequenciada de uma proposta extensa, estruturada em módulos interdependentes, como a apresentada neste capítulo.

No entanto, é importante destacar que os tipos de aulas desenvolvidas ao longo da Residência Pedagógica foram justamente o principal elemento motivador para a construção desta sequência didática. As experiências vivenciadas em sala — especialmente as aulas sobre África, Abolição da Escravatura, protagonismo negro e educação antirracista — evidenciaram tanto o alto potencial de engajamento dos estudantes da EJATEC quanto os limites das intervenções isoladas para o aprofundamento crítico das Relações Étnico-Raciais.

As respostas dos estudantes, suas inquietações, questionamentos e relatos pessoais sobre racismo estrutural, exclusão social e pertencimento territorial revelaram a necessidade de um trabalho pedagógico mais sistemático, contínuo e articulado, que ultrapassasse a lógica de aulas episódicas. Foi a partir dessa constatação que surgiu a proposta de uma sequência didática organizada em módulos, capaz de promover uma progressão conceitual, reflexiva e prática sobre o Pós-Abolição, o racismo estrutural e as identidades negras e quilombolas.

Desse modo, a sequência didática apresentada configura-se como um produto reflexivo da prática, construída a partir da observação, da escuta dos estudantes e da análise crítica das experiências de regência. Ela materializa um movimento de amadurecimento pedagógico do residente, que passa a compreender a importância do planejamento de médio e longo prazo como condição fundamental para a efetivação de uma educação antirracista e decolonial.

Ainda que não tenha sido aplicada durante a Residência, a proposta dialoga diretamente com as práticas realizadas, aprofundando e sistematizando conteúdos que já demonstraram impacto positivo quando trabalhados em sala. A sequência amplia essas experiências ao articular teoria, território, memória, identidade e produção coletiva do conhecimento,

respeitando o perfil dos estudantes da EJA/EJATEC e valorizando o Quilombo Urbano da Liberdade como espaço de resistência e produção de saberes.

Nesse sentido, esta sequência didática é defendida como uma proposta pedagógica viável, replicável e necessária, não apenas para o contexto da escola-campo da Residência Pedagógica, mas também para outros espaços educativos que atendem jovens e adultos negros, periféricos e trabalhadores. Sua aplicação futura pode contribuir para o fortalecimento da educação escolar quilombola, para o enfrentamento do racismo estrutural no currículo e para a construção de práticas docentes comprometidas com a justiça social e cognitiva.

Assim, a sequência não representa uma ausência na prática da Residência, mas sim um desdobramento qualificado da experiência vivida, reafirmando o papel da RP como espaço de formação crítica, produção de conhecimento pedagógico e elaboração de propostas transformadoras para a educação básica.

1. Contextualização Geral

- **Público-alvo:** Estudantes da EJA/EJATEC – Ensino Médio integrado à Educação Profissional.
- **Duração estimada:** A proposta foi desenhada para ser aplicada em 12 aulas, divididas em três módulos temáticos que articulam teoria, reflexão e práxis.
- **Área do conhecimento:** Ciências Humanas e suas Tecnologias – História.
- **Eixo temático:** História do Brasil: Pós-Abolição e Primeira República.
- **Tema central:** Relações Étnico-Raciais e Protagonismo Negro na formação do Brasil contemporâneo.
- **Local de aplicação:** Centro de Ensino Professor Luís Alves Ferreira – Quilombo Urbano da Liberdade (São Luís/MA).

2. Justificativa

A proposta visa promover uma prática pedagógica antirracista no contexto da EJA/EJATEC, reconhecendo o papel da escola como espaço de reconstrução de identidades e de enfrentamento ao racismo estrutural. Inspirada na pedagogia freireana, a sequência parte da realidade dos educandos e utiliza o território quilombola como eixo articulador do conhecimento histórico, aproximando a história nacional da experiência local.

3. Objetivos

Objetivo Geral

Promover a reflexão crítica e o reconhecimento das identidades negras e quilombolas a partir do estudo do período Pós-Abolição, evidenciando o racismo estrutural e o protagonismo dos povos afrodescendentes na construção do Brasil.

Objetivos Específicos

- Compreender o conceito de racismo estrutural e suas manifestações históricas e atuais.
- Desconstruir os mitos da democracia racial e da “abolição concedida”.
- Valorizar as lideranças e movimentos negros na luta pela liberdade e pela cidadania.
- Reconhecer o Quilombo Urbano da Liberdade como território de resistência e memória.
- Desenvolver a consciência crítica e o senso de pertencimento dos estudantes.
- Estimular a produção coletiva de conhecimentos, em diálogo com as vivências locais.

4. Competências e Habilidades (BNCC e DCNERER)

BNCC – História (Ensino Médio):

- (EM13CHS101) Analisar processos históricos e sociais de formação do Brasil, reconhecendo a diversidade étnico-cultural.
- (EM13CHS202) Identificar e avaliar as formas de discriminação e desigualdade social, racial e de gênero ao longo da história.
- (EM13CHS304) Compreender o papel dos sujeitos históricos marginalizados na construção da sociedade brasileira.

DCNERER (BRASIL, 2004):

- Promover práticas pedagógicas que valorizem a história e cultura afro-brasileira e indígena.
- Desconstruir estereótipos e preconceitos raciais.
- Favorecer o reconhecimento da contribuição dos povos africanos na formação da identidade nacional.

4.1. Organização dos Módulos

Módulo 1 – Desconstrução dos Mitos Raciais no Pós-Abolição

Tempo: 2 aulas de 50 minutos cada.

Objetivo: Problematizar a ideia de “libertação” e o mito da democracia racial.

Tipo de Material	Sugestões Específicas e Contextualização
------------------	--

TEXTOS	Artigo Curto: Trechos adaptados de " O mito da Democracia Racial " de Florestan Fernandes (clássico para desmistificar a ideia de convivência pacífica pós-abolição) ou Lélia Gonzalez (abordagem da "Amefricanidade"). Biografias (curtas e focadas na agência): Luís Gama (advogado abolicionista que libertou mais de 500 escravizados, destacando a via jurídica e a intelectualidade negra). Tereza de Benguela (líder quilombola do Quilombo do Quariterê, símbolo de resistência feminina e política). André Rebouças (engenheiro e abolicionista que propôs reformas agrárias e sociais para o pós-abolição, destacando a intelectualidade e o projeto de nação negra).
VÍDEOS	Trechos do Documentário: "Abolição" (Zózimo Bulbul, 1988) – Foco nos depoimentos de intelectuais e militantes negros que criticam o Centenário da Abolição e a falta de reparação. <i>Sugestão de trecho:</i> Focar na fala que questiona o 13 de maio como data de libertação. Curta-metragem/Animação: "Vista minha pele" (Joel Zito Araújo, 2003) ou vídeos curtos do projeto " Histórias de Lutas Negras " (disponíveis em plataformas educativas/YouTube) que destaquem as revoltas e o protagonismo negro.
IMAGENS	Iconografia Histórica: Imagens da Princesa Isabel assinando a Lei Áurea (para criticar a narrativa da "doação") lado a lado com imagens de Quilombos, de Revoltas Escravas (como a dos Malês) e de ativistas negros da época (para contrapor com a agência negra). Charge: Charges ou ilustrações da época que mostrem a situação de miséria da população negra liberta após 1888.
Atividade Extra	Análise de Data: Promover a discussão: " Por que 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra - Zumbi dos Palmares) e não 13 de Maio (Lei Áurea)? " como atividade introdutória.

Atividades:

- Exibição de trechos do documentário *Abolição* (Zózimo Bulbul, 1988) ou outro material audiovisual curto.
- Roda de conversa: "Quem libertou quem?" – diálogo sobre as lutas negras e a invisibilização histórica.
- Leitura e discussão de textos curtos (biografias de Luís Gama, Tereza de Benguela, André Rebouças, etc.).
- Mapa mental coletivo: "Antes e depois de 1888 – o que mudou?"

Produto: mural temático com colagens e frases dos alunos desconstruindo o mito da abolição concedida.

Detalhamento das Atividades do Módulo 1: Desconstrução dos Mitos Raciais no Pós-Abolição

O objetivo central deste módulo é desmantelar a narrativa da "Abolição concedida" e realçar o protagonismo negro na luta pela liberdade e pela cidadania.

1. Exibição de Trechos do Documentário “Abolição” (Zózimo Bulbul, 1988)

Duração Estimada: 20 minutos

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Materiais Necessários
A. Contextualização	Apresentar o diretor Zózimo Bulbul e o ano de produção (1988 - Centenário da Abolição), explicando que o filme questiona a visão oficial da história. Pedir aos alunos que observem: 1. Quem está falando no documentário (vozes negras ativas). 2. Qual o tom das falas sobre o 13 de Maio. 3. O que o filme sugere que aconteceu <i>após</i> a assinatura da Lei Áurea.	Projetor, tela, áudio de qualidade, trechos selecionados (foco nos depoimentos que criticam o mito da Princesa Isabel).
B. Exibição Focada	Exibir 10-15 minutos de trechos, selecionando falas de intelectuais e militantes que ressaltam a pressão popular, as fugas em massa, e a falta de projeto de integração para o negro liberto.	Vídeo editado ou com pontos de corte definidos pelo professor.
C. Primeiras Impressões	Abrir uma breve rodada (3 minutos) para que os alunos compartilhem a palavra ou frase que mais lhes chamou a atenção no documentário.	Quadro/Lousa para anotar as palavras-chave.

2. Roda de Conversa: “Quem libertou quem?” (Diálogo sobre Agência Negra)

Duração Estimada: 30 minutos

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Metodologia de Diálogo
A. Lançamento da Pergunta	O professor coloca a pergunta central no centro da roda: “Quem libertou quem?” e “A liberdade foi dada ou conquistada?” . O objetivo não é uma resposta única, mas o debate de argumentos.	Rodada Inicial (Passa a palavra): Cada aluno tem 30 segundos para responder à pergunta, sem ser interrompido, baseando-se no que viu no documentário.
B. Invisibilização Histórica	Conduzir o debate para a invisibilização das formas de resistência: 1. Organização nos Quilombos. 2. Revoltas e insurreições (ex: Malês). 3. Ações de advogados e	Análise de Contraste: Questionar: "Por que aprendemos sobre a Princesa Isabel, mas pouco sobre a vida

	intelectuais negros. 4. O papel das mulheres negras na luta.	e a luta de Luísa Mahin, Zumbi ou Luís Gama?"
C. Síntese do Diálogo	Finalizar o debate com a conclusão de que a Abolição foi um processo resultante de intensa luta e pressão, e que a Lei Áurea foi um marco jurídico que não significou a plena cidadania.	Registro Coletivo: Registrar no quadro as principais "Forças Libertadoras" identificadas (Quilombos, Revoltas, Juristas, Imprensa Negra).

3. Leitura e Discussão de Textos Curtos (Biografias)

Duração Estimada: 40 minutos

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Materiais Necessários
A. Distribuição e Foco	Dividir a turma em 3 ou 4 grupos. Cada grupo recebe uma biografia curta e focada na ação/luta de uma figura central: Luís Gama, Tereza de Benguela, André Rebouças e, se houver tempo, Maria Felipa (exemplo de luta armada no Nordeste).	Fichas impressas (1 página) com a biografia de cada personagem, destacando suas contribuições.
B. Leitura Guiada e Preparação	Cada grupo lê seu texto, identificando: 1. O principal ato de resistência ou contribuição do personagem. 2. O legado desse ato para a Abolição e o Pós-Abolição.	Canetas marca-texto para sublinhar pontos-chaves.
C. Apresentação Interativa	O professor atua como mediador, e cada grupo apresenta seu personagem em 5 minutos para a turma. O objetivo é que os alunos compreendam que o negro era sujeito ativo na história, e não objeto passivo de uma lei.	Pôsteres ou cartolinas para que cada grupo visualize o nome do seu personagem e sua principal contribuição.

4. Mapa Mental Coletivo: “Antes e depois de 1888 – o que mudou?”

Duração Estimada: 10 minutos

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Metodologia de Criação
------	----------------------------------	------------------------

A. Eixos de Análise	O professor desenha um círculo central com o título " 1888 " e cria dois eixos: " Antes (Escravidão) " e " Depois (Pós-Abolição) ".	Quadro/Lousa grande ou painel de papel pardo.
B. Brainstorming (O Antes)	Em conjunto, a turma lista as características do período da escravidão, focando nas restrições : <i>falta de direito à família, propriedade, voto, educação, liberdade de ir e vir.</i>	O professor atua como escriba, organizando as ideias.
C. Análise Crítica (O Depois)	A turma analisa o que <i>realmente</i> mudou após 1888 para o negro liberto, focando nas permanências : <i>racismo, falta de acesso à terra (questão agrária de Rebouças), ausência de reparação, falta de educação e moradia.</i>	O mapa deve mostrar que a liberdade legal não se traduziu em igualdade social . Usar cores diferentes para "Mudou" (Verde) e "Permaneceu" (Vermelho).
D. Preparação para o Produto	O mapa mental servirá como roteiro visual para a confecção do mural temático. O professor orienta os alunos a extrair frases de impacto e ideias para as colagens.	Transição da análise para a produção artística.

Produto Final: Mural Temático “Abolição Conquistada”

Objetivo: Sintetizar a desconstrução do mito da abolição concedida através de uma peça visual.

Materiais Necessários: Papel pardo grande, cartolinas, tintas, canetas coloridas, tesouras, cola, revistas velhas (para colagens), fotos impressas das biografias estudadas.

Etapa	Ação Detalhada de Produção	Foco do Mural
1. Título e Estrutura	Definir um título que desafie o 13 de Maio (Ex: "13 de Maio: Uma Conquista, Não Uma Doação"). Dividir o mural em áreas para as contribuições (ex: área para Quilombo, área para Lutas Jurídicas, área para o Pós-Abolição).	Descentralização da Princesa: Ela pode ser uma imagem <i>pequena</i> ou <i>cortada</i> , contrastando com o protagonismo das figuras negras.

2. Colagem de Imagens	Utilizar colagens para representar visualmente: as figuras negras estudadas (Gama, Tereza, Rebouças), fotos de Quilombos , e imagens que simbolizem a miséria pós-abolição (contraste com a ideia de "felicidade da liberdade").	Contraste Visual: Usar o contraste entre imagens antigas e contemporâneas para mostrar que a luta não terminou em 1888.
3. Frases e Textos	Escrever frases de impacto baseadas no Mapa Mental e no documentário, como: <i>"Quem libertou quem? Nós libertamos a nós mesmos."</i> , <i>"A Lei Áurea tirou o corpo do cativo, mas não tirou a raça da pobreza."</i> , <i>"A luta por terra de André Rebouças foi ignorada."</i>	Voz do Aluno: As frases devem ser escritas com a <i>caligrafia dos alunos</i> (ou letra de forma grande) para dar autenticidade e voz à turma.
4. Revisão e Exposição	Finalizar o mural. Ele deve ser um documento visual que reflita a nova compreensão da turma sobre a história do 13 de Maio. Expor em local de destaque na escola.	Avaliação: O mural deve ser avaliado não pela estética, mas pela clareza da mensagem de desconstrução do mito racial.

Módulo 2 – Reconhecimento do Racismo Estrutural e Institucional

Tempo: 2 aulas

Objetivo: Analisar as permanências das desigualdades raciais e compreender o conceito de racismo estrutural.

Tipo de Material	Sugestões Específicas e Contextualização
TEXTOS	Trechos Adaptados do Livro: "Racismo Estrutural" (Silvio Almeida, 2019) – Foco na parte que define o racismo como elemento da normalidade e não como patologia ou desvio, e que o diferencia do racismo individual. Reportagem/Artigo de Jornalismo de Dados: Matérias do portal Geledés, Alma Preta ou reportagens do IBGE/Ipea (Atlas da Violência, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça) que demonstrem a disparidade em áreas como educação, renda, acesso à saúde e violência.

VÍDEOS	TED Talk/Entrevista: Trechos de entrevista de Silvio Almeida explicando o conceito de Racismo Estrutural de forma acessível. Vídeo Curto/Campanha: Vídeos institucionais que exemplifiquem o racismo em ambientes como o mercado de trabalho (empregabilidade, ascensão), ou o racismo institucional em abordagens policiais (abordagem policial seletiva). Sugestão: Curta-metragem " O Olho e a Faca " (2018) ou vídeos sobre a questão da representatividade e do lugar de fala.
IMAGENS	Gráficos e Estatísticas (visuais): Infográficos sobre a disparidade entre negros e brancos no Brasil (renda, acesso à universidade, taxa de homicídio, encarceramento). Fotografias: Imagens de diferentes realidades sociais que contrastem as condições de vida de pessoas brancas e negras em bairros, escolas ou postos de trabalho (com foco na desigualdade e não apenas no estereótipo).
Atividade Extra	Análise de Caso: Usar um " Case Study " (notícia real ou hipotética) de racismo institucional (ex: recusa de emprego, segurança em loja) e pedir aos alunos para identificarem como o racismo estrutural se manifesta ali.

Atividades:

- Leitura guiada de trechos adaptados de *Racismo Estrutural* (Silvio Almeida, 2019).
- Dinâmica: “Linha do privilégio” (atividade reflexiva sobre desigualdades).
- Debate orientado: “Racismo é coisa do passado?”
- Produção de cartazes com dados e estatísticas sobre desigualdade racial no Brasil (usando IBGE, Atlas da Violência, etc.).

Produto: exposição “O racismo mora nas estruturas”, aberta à comunidade escolar.

Detalhamento das Atividades do Módulo 2: Reconhecimento do Racismo Estrutural e Institucional

O objetivo deste módulo é levar os alunos a transcenderem a visão individualizada de racismo, compreendendo-o como um elemento fundamental e sistêmico da sociedade brasileira.

1. Leitura Guiada de Trechos Adaptados de “Racismo Estrutural” (Silvio Almeida, 2019)

Duração Estimada: 20 minutos

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Materiais Necessários
------	----------------------------------	-----------------------

A. Introdução ao Conceito	O professor introduz a diferença entre a visão tradicional (racismo como "desvio" ou "mau-caráter" individual) e a visão estrutural (racismo como parte da "normalidade" e do funcionamento das instituições).	Quadro/Lousa para escrever: RACISMO INDIVIDUAL vs. RACISMO ESTRUTURAL.
B. Leitura e Análise de Trechos	Distribuir trechos curtos e adaptados (cerca de 1 a 2 páginas) do livro. Focar em passagens que definem: a) Racismo como Estrutura Social: o racismo produz e reproduz desigualdades. b) Racismo Institucional: a manifestação do racismo nas regras e práticas das instituições (escola, justiça, mercado de trabalho).	Cópias impressas dos trechos-chave (fácil leitura). Canetas marca-texto.
C. Discussão do "Normal"	Debater a ideia de que o racismo é "normal". Pedir exemplos práticos (sem citar colegas) de situações onde o resultado social é diferente para pessoas negras e brancas, mesmo sem um ato de ódio individual (ex: processos seletivos, abordagens policiais, chances de ascensão).	Cadernos para anotações.

2. Dinâmica: “Linha do Privilégio” (Atividade Reflexiva sobre Desigualdades)

Duração Estimada: 40 minutos

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Metodologia da Dinâmica
A. Preparação do Espaço	O professor traça uma linha reta no chão (com fita ou giz). Pede para todos os alunos se posicionarem na linha. Explica que a dinâmica será feita com base em perguntas sobre oportunidades e vantagens não merecidas (privilégios).	Fita crepe ou giz para a linha, espaço amplo para movimentação dos alunos.
B. Execução da Dinâmica	O professor lê uma série de afirmações neutras e factuais sobre a vida. Os alunos devem dar um passo à frente se a afirmação for verdadeira em sua vida, e um passo para trás se a	Exemplos de Perguntas Focadas na Raça: <i>"Se sua pele é branca, dê um passo à frente."</i> <i>"Se você já presumiu que alguém negro é o funcionário de serviço em um local,</i>

	afirmação for falsa. As perguntas devem ser cuidadosamente selecionadas para ilustrar a dimensão racial do privilégio.	<i>dê um passo à frente." "Se você quase nunca vê sua raça representada negativamente na mídia, dê um passo à frente."</i>
C. Reflexão e Devolutiva	Ao final, pedir aos alunos para observarem a distância entre eles. Discutir: 1. O que a posição final revela sobre as oportunidades sociais. 2. Como a cor da pele ou a raça influenciou a posição da maioria. 3. O que é "privilégio" (não é culpa individual, mas uma vantagem sistêmica).	Roda de Discussão: Enfatizar que a dinâmica não é para gerar culpa, mas para gerar <i>consciência</i> sobre as estruturas que sustentam as desigualdades.

3. Debate Orientado: “Racismo é coisa do passado?”

Duração Estimada: 20 minutos

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Metodologia do Debate
A. Formatação do Debate	A turma é dividida em dois grandes grupos: Grupo 1: Defesa da Tese (Racismo NÃO é coisa do passado, é estrutural e atual) e Grupo 2: Questionamento da Tese (Apesar de existir, o racismo está em declínio/o problema é a desigualdade de classe). <i>Observação: O Grupo 2 deve ser instruído a argumentar com base em falácias comuns para que o Grupo 1 possa desconstruí-las.</i>	Organização de mesas em formato de ferradura para o confronto de ideias.
B. O Debate em Ação	Iniciar o debate com tempos fixos para cada grupo apresentar seus argumentos, seguidos por réplicas e tréplicas. Focar em argumentos sobre a persistência das	Mediação Ativa: O professor garante que os argumentos se baseiem em fatos e nos conceitos de Racismo Estrutural/Institucional.

	desigualdades (o legado do Pós-Abolição - Módulo 1).	
C. Síntese e Conclusão	Concluir o debate reafirmando, com base nas estatísticas e na teoria, que o racismo não só não é coisa do passado, como se manifesta hoje em dia de forma ainda mais sutil e perversa (institucionalmente).	Conectar o debate à próxima atividade: a necessidade de provar a persistência do racismo com dados concretos .

4. Produção de Cartazes com Dados e Estatísticas

Duração Estimada: 20 minutos (para pesquisa, seleção e produção)

Objetivo: Visualizar o Racismo Estrutural através da linguagem universal dos números.

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Materiais Necessários
A. Pesquisa de Fontes Confiáveis	Dividir a turma em grupos temáticos, fornecendo as fontes oficiais (links de internet e/ou dados impressos): 1. Educação/Renda (IBGE - PNAD Contínua). 2. Violência/Encarceramento (Atlas da Violência / Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública). 3. Saúde/Mortalidade Materna (Ministério da Saúde). 4. Representatividade/Liderança (IBGE/Pesquisas Setoriais).	Acesso à internet (celulares/computadores) ou cópias impressas de tabelas de dados.
B. Seleção e Visualização	Cada grupo deve selecionar 1 a 3 estatísticas mais impactantes em seu tema. O foco é transformar o número em uma mensagem visual clara . Exemplo: a diferença de percentual de homicídios entre jovens negros e não negros.	Cartolinas, canetas coloridas, réguas, tesouras, cola, imagens e símbolos para criar infográficos manuais.
C. Criação dos Cartazes	Os grupos criam os cartazes, garantindo que contenham: Título Chamativo, o Dado em Destaque (Gráfico ou Número Grande) e a Fonte de Pesquisa . O produto deve ser informativo e de fácil compreensão.	O professor orienta na formatação visual (uso de cores e fontes para destacar a mensagem).

Produto Final: Exposição “O Racismo Mora nas Estruturas”

Objetivo: Levar o conhecimento do Racismo Estrutural para toda a comunidade escolar.

Estrutura da Exposição:

1. **Mesa de Conceitos:** Exposição dos trechos do livro de Silvio Almeida e do conceito de Racismo Estrutural, com frases de impacto.
2. **Painel da Desigualdade:** Apresentação dos cartazes com os dados e estatísticas (IBGE, Atlas da Violência), provando a persistência das desigualdades.
3. **Registro da Linha:** Um painel com fotos da dinâmica "Linha do Privilégio" (se houver autorização de imagem), acompanhado de uma legenda sobre o que é o privilégio racial.
4. **Interação com o Público:** Criar um pequeno mural de post-its onde os visitantes (outros alunos, professores, pais) possam escrever exemplos de racismo institucional que já presenciaram ou leram.

A exposição deve ser inaugurada com uma breve **apresentação oral** de um grupo de alunos, que resumirão o Módulo 2 e o impacto de compreender o racismo como estrutura social.

Módulo 3 – Valorização das Identidades Negras e Quilombolas

Tempo: 3 aulas

Objetivo: Promover o reconhecimento das identidades afro-brasileiras e quilombolas como patrimônios de resistência e sabedoria.

Tipo de Material	Sugestões Específicas e Contextualização
TEXTOS	Poesia/Conto: Poemas como " Vozes-Mulheres " ou contos de " Olhos D'água " de Conceição Evaristo (para trabalhar a ancestralidade e a "escrevivência"). Cordel/Literatura Oral: Cordéis afro-maranhenses que narrem lendas, histórias de reis e rainhas negras, ou o cotidiano e a luta das comunidades quilombolas (se a região for o Maranhão, buscar produções locais). Artigo Curto sobre o Quilombo da Liberdade (São Luís/MA, se for o caso): Textos jornalísticos ou acadêmicos sobre a história e a luta da comunidade, destacando a urbanidade e a permanência da ancestralidade.
VÍDEOS	Documentário Curto/Reportagem Local: Vídeos sobre a vida e a resistência em comunidades quilombolas, focando na cultura, culinária, religiosidade e organização social . Sugestão: Vídeos que mostrem a

	diversidade cultural afro-brasileira (Candomblé, Capoeira, Maracatu, Bumba-meu-boi, etc.) no Maranhão ou na sua região. Mini-documentários/Vlogs: Registros de entrevistas com griôs, artistas ou lideranças negras que falem sobre a importância da memória e da oralidade.
IMAGENS	Fotografias de Arquitetura e Cotidiano Quilombola/Negro Urbano: Fotos que mostrem o espaço físico do quilombo (urbano ou rural) e o cotidiano de seus moradores, destacando a beleza, o trabalho, a fé e os laços comunitários. Arte Afro-Brasileira: Obras de artistas como Rosana Paulino, Rubem Valentim ou outros artistas negros contemporâneos, que usem símbolos de ancestralidade e resistência em suas criações.
Atividade Extra	Pesquisa de Campo/Visita (se possível): Organizar uma visita, mesmo que virtual, ao Quilombo da Liberdade (ou comunidade local), focando na coleta de histórias orais e na documentação do patrimônio imaterial (a pesquisa do módulo). Oficina Cultural: Promover uma oficina de percussão, tranças, culinária ou danças afro-brasileiras, ministrada pelo convidado local.

Atividades:

- Leitura e análise de poesias de Conceição Evaristo (“escrevivências”) e cordéis afro-maranhenses.
- Roda de conversa com convidado local (liderança do Quilombo Urbano da Liberdade, artista ou griô).
- Pesquisa coletiva: “Quem somos nós? Memórias e trajetórias do Quilombo da Liberdade”.
- Produção artística final:
 - opção A: painel coletivo “Nosso território tem voz”;
 - opção B: criação de um minidocumentário com entrevistas e registros do bairro.

Produto final: Mostra Cultural “Liberdade é Resistência” — socialização dos trabalhos para a comunidade escolar e famílias.

Atividade Complementar: Racismo e Trajetórias Profissionais. Considerando que o público da EJATEC busca a integração com a educação profissional, será realizado um debate baseado nos dados do IBGE (citados anteriormente nesta obra) sobre o diferencial de rendimento entre negros e brancos com a mesma escolaridade. O objetivo é que o aluno identifique como o racismo estrutural opera no mercado de trabalho (barreiras na contratação e teto de vidro),

transformando o conhecimento teórico em uma ferramenta de leitura crítica de sua própria realidade laboral no Quilombo da Liberdade.

Detalhamento das Atividades do Módulo 3

1. Leitura e Análise de Poesias e Cordéis (Tempo: 1 Aula)

Objetivo Específico: Introduzir o conceito de "escrevivência" e reconhecer a literatura negra e o cordel como fontes de memória, resistência e identidade.

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Materiais Necessários
A. Introdução ao Conceito	Apresentar o conceito de " escrevivência " de Conceição Evaristo: a escrita que não é apenas sobre si, mas sobre a coletividade e a ancestralidade. Discutir como a escrita negra é um ato político de resgate de memória.	Lousa/Projektor, marcadores, trechos de entrevistas de Conceição Evaristo sobre "escrevivência" (vídeo ou texto).
B. Análise da Poesia	Leitura em voz alta do poema " Vozes-Mulheres " de Conceição Evaristo. Fazer uma análise guiada, destacando: 1. A estrutura (bisavó, avó, mãe, filha) como linha de ancestralidade. 2. Os "ecos" de resistência e os "versos perplexos com rimas de sangue e fome". 3. A transformação da voz calada em "ressonância" e "liberdade".	Cópias impressas do poema "Vozes-Mulheres" ou projetor para leitura coletiva.
C. O Cordel Afro-Maranhense	Apresentar e ler trechos de cordéis afro-maranhenses que abordem temas como: lendas africanas, reisados, ou a história de figuras negras do Maranhão. Comparar o estilo e o papel social do cordel com a poesia de Evaristo (ambos contadores de histórias do povo).	Exemplares de cordel (físicos ou digitalizados) com temática afro-maranhense.
D. Debate Rápido	Questão Central: Qual o papel da arte (poesia, cordel) na luta por reconhecimento e na construção da identidade negra?	Cadernos para anotações.

2. Roda de Conversa com Convidado Local (Tempo: 1 Aula)

Objetivo Específico: Promover o contato direto com a memória e a sabedoria local, conectando o currículo à realidade da comunidade.

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Materiais Necessários
A. Preparação	Orientar os alunos a prepararem perguntas específicas sobre a história do Quilombo da Liberdade, os desafios da comunidade, as manifestações culturais (tambor de crioula, bumba-meu-boi), e o significado da ancestralidade.	Roteiro de perguntas pré-elaborado pelos alunos.
B. Acolhimento e Apresentação	Receber o convidado (Liderança do Quilombo Urbano da Liberdade, artista ou griô). É fundamental que o aluno apresente o convidado , valorizando sua trajetória e importância na comunidade.	Cadeiras dispostas em círculo (roda de conversa), água para o convidado, microfone (se a turma for grande).
C. Roda de Conversa	O convidado fala por 20 minutos. Em seguida, os alunos realizam as perguntas preparadas. Foco em ouvir e registrar: incentivar os alunos a fazerem anotações ou gravações (com permissão) dos principais pontos de vista e histórias contadas.	Câmera/celular para registro fotográfico/audiovisual, cadernos e canetas.
D. Fechamento e Gratidão	Convidado é homenageado. Os alunos sintetizam, em uma frase, o principal aprendizado da conversa, garantindo que a sabedoria transmitida não se perca.	Certificado de agradecimento ou presente simbólico da escola/turma.

Exportar para as Planilhas

3. Pesquisa Coletiva: “Quem Somos Nós? Memórias e Trajetórias do Quilombo da Liberdade” (Tempo: 1 Aula + Trabalho Extraclasse)

Objetivo Específico: Desenvolver a capacidade de pesquisa, coleta de dados (principalmente histórias orais) e mapeamento da identidade local.

Fase	Descrição Detalhada da Atividade	Materiais Necessários
A. Definição de Foco	Dividir a turma em pequenos grupos (4-5 alunos), cada um responsável por um eixo temático da pesquisa, com foco no Quilombo da Liberdade: 1. História/Fundação (origens e marcos); 2. Cultura e Tradição (manifestações religiosas e folclóricas); 3. Lideranças e Lutas (personagens importantes e conquistas); 4. Território e Espaço Urbano (mudanças do bairro, infraestrutura).	Organização dos grupos, lista de temas.
B. Metodologia da Pesquisa	Treinar os alunos em técnicas de entrevista e pesquisa oral (como abordar, como registrar, a ética da escuta). Fornecer um roteiro básico de perguntas (ex: "Qual a memória mais antiga do bairro?", "Qual o significado da praça/igreja X?", "Quem são as 'pessoas mais velhas' que podem contar a história?").	Fichas de registro de entrevista, gravadores de áudio (celulares), orientações sobre ética da pesquisa.
C. Coleta de Dados	A pesquisa deve ser realizada prioritariamente na comunidade, em horário combinado, buscando entrevistar moradores, líderes religiosos, artesãos e comerciantes do bairro. <i>Supervisão e segurança são cruciais nesta fase.</i>	Acompanhamento de professor(es), transporte seguro (se necessário), termo de autorização para imagens/entrevistas (para o minidocumentário).
D. Sistematização e Seleção	Os grupos se reúnem para selecionar os trechos mais impactantes, as fotos e os dados para o produto final. É a transição da pesquisa para a produção artística.	Computadores/tablets para digitação e seleção de materiais.

4. Produção Artística Final (Tempo: 2 Aulas)

Objetivo Específico: Transformar o conhecimento adquirido em um produto artístico-pedagógico que dialogue com a comunidade.

Opção A: Painel Coletivo “Nosso Território Tem Voz”

Descrição Detalhada da Atividade	Foco e Linguagem Artística	Materiais Necessários
Criação do Painel: Utilizar uma grande tela/papelão. O painel deve ser dividido conforme os eixos temáticos da pesquisa. Usar colagens das fotos tiradas, frases de impacto do convidado e das entrevistas, citações dos poemas e dados estatísticos sobre o bairro/racismo.	Colagem e Arte Gráfica: Uso de cores que remetam à África e ao Quilombo (vermelho, preto, verde, amarelo), com desenhos de símbolos de resistência (baobá, tambor, elementos do Bumba-Meu-Boi).	Cartolinas, papel pardo grande, tintas, pincéis, cola, tesoura, recortes de jornais, impressão de fotos da pesquisa, material para "frases de impacto" (letras de EVA ou canetas grossas).

Opção B: Criação de um Minidocumentário com Entrevistas e Registros do Bairro

Descrição Detalhada da Atividade	Foco e Linguagem Artística	Materiais Necessários
Roteiro e Edição: Os grupos (definidos na pesquisa) viram equipes de produção (roteiristas, cinegrafistas, editores). O documentário deve ter 3 a 5 minutos. Conteúdo: Introdução ao conceito de Quilombo Urbano, trechos das entrevistas mais marcantes (do convidado e dos moradores) e imagens do cotidiano do bairro.	Audiovisual e Narração: Utilizar narração em <i>off</i> (feita pelos alunos) para conectar as falas e apresentar os dados da pesquisa. Escolha de trilha sonora com música afro-maranhense (tambor de crioula, reggae local) para dar identidade.	Smartphones ou câmeras para gravação, software de edição simples (como InShot, CapCut ou programas básicos de computador), computador/tablet para edição e renderização.

Produto Final: Mostra Cultural “Liberdade é Resistência” (Socialização)

Objetivo Final: Compartilhar o aprendizado, valorizar a comunidade e consolidar a desconstrução dos mitos.

Detalhe da Mostra	Sugestões de Execução
Organização do Evento	Convidar a comunidade escolar, famílias e, prioritariamente, o convidado do Quilombo da Liberdade. O evento deve ser organizado pelos alunos (recepção, apresentação, <i>catering</i>).
Apresentação dos Produtos	Se Opção A (Painel): O painel é exposto em destaque. Os grupos apresentam seus eixos temáticos, explicando como a pesquisa e a poesia guiaram a criação do mural. Se Opção B (Minidocumentário): Exibir o minidocumentário em uma tela/projetor. Realizar um breve debate após a exibição sobre o impacto das histórias contadas.
Exposição do Módulo 2	Incluir a exposição do Módulo 2 ("O racismo mora nas estruturas") para que o público veja a conexão entre as desigualdades (Módulo 2) e a resistência (Módulo 3).
Momento Cultural	Convidar o griô/artista para uma apresentação cultural (contação de histórias, poesia, toque de tambor) , finalizando o Módulo com a celebração da identidade.

6. Avaliação

A avaliação será **formativa, contínua e qualitativa**, considerando:

- a **participação** e o **engajamento** nas discussões e atividades;
- a **capacidade de análise crítica** dos temas abordados;
- o **respeito à diversidade** nas interações em grupo;
- e o **envolvimento na produção coletiva** (mural, cartazes, documentário ou painel).

Instrumentos avaliativos:

- diário de bordo do professor;
- autoavaliação dos estudantes;
- registros fotográficos e produções dos grupos.

7. Recursos Didáticos

- Data show, caixa de som e vídeos/documentários.
- Textos curtos (trechos literários, biografias e materiais da Fundação Palmares).
- Cartolinas, marcadores, papel kraft, celulares (para gravações).
- Livros da **Biblioteca Antirracista** criada na escola.

8. Referências Bibliográficas (seleção)

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/SECAD, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, Identidade Negra e Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como eixo central a elaboração de uma sequência didática voltada à educação das relações étnico-raciais, pensada para o contexto da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJATEC), na Escola Centro Educa Mais Professor Luís Alves Ferreira, localizada no Quilombo Urbano da Liberdade, em São Luís do Maranhão. Embora a sequência didática não tenha sido aplicada no período da pesquisa, sua construção constituiu-se como um exercício formativo fundamental, permitindo articular os referenciais teóricos estudados ao longo da formação acadêmica com a realidade concreta da escola-campo.

A elaboração da sequência didática partiu da compreensão de que o ensino de História, especialmente em contextos marcados pela presença majoritária de estudantes negros e trabalhadores, exige práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista e com a valorização das identidades negras e quilombolas. Nesse sentido, a proposta foi planejada à luz das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, bem como das diretrizes da Educação Escolar Quilombola, buscando romper com abordagens eurocêntricas e com a lógica de um currículo único e descontextualizado.

O processo de construção da sequência didática considerou o perfil dos estudantes da EJATEC, suas trajetórias escolares interrompidas, suas experiências de vida e sua relação com o território. A escolha dos conteúdos, dos objetivos e das metodologias foi orientada pela necessidade de promover o reconhecimento do estudante como sujeito histórico e produtor de conhecimento, ainda que a efetivação dessa proposta em sala de aula não tenha sido possível no tempo da pesquisa. Dessa forma, o planejamento elaborado representa uma proposta pedagógica potencialmente aplicável, adaptável e replicável em contextos semelhantes.

Ainda que não tenha sido executada, a sequência didática revela-se coerente com as discussões teóricas apresentadas ao longo do trabalho, dialogando com autores que defendem uma educação crítica, dialógica e comprometida com a justiça social e cognitiva. Sua estrutura

evidencia a preocupação com a construção de aprendizagens significativas, com o estímulo ao pensamento crítico e com o enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar.

Do ponto de vista da formação docente, a elaboração da sequência didática contribuiu significativamente para o amadurecimento profissional do licenciando, ao exigir planejamento pedagógico, domínio conceitual, reflexão crítica sobre o currículo e sensibilidade para as especificidades da Educação de Jovens e Adultos. Esse exercício reforçou a compreensão de que o planejamento não é uma etapa meramente burocrática da prática docente, mas um momento central de intencionalidade pedagógica e posicionamento político do professor.

Dessa forma, conclui-se que a sequência didática apresentada neste trabalho não deve ser compreendida como um produto finalizado, mas como uma proposta em aberto, passível de aplicação, avaliação e aperfeiçoamento em experiências futuras. Sua elaboração reafirma o compromisso com uma educação antirracista, descolonizadora e socialmente referenciada, apontando caminhos possíveis para a construção de práticas pedagógicas que valorizem as histórias, saberes e identidades da população negra, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: IPEA, 2022.
- BASILIO, M. **Educação e relações étnico-raciais**. São Paulo: Editora, 2023.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15–24, jan./abr. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.
- BULBUL, Zózimo. **Alma no Olho**. (Filme). Brasil, 1973.
- DALBEN, A. I. L. F. Formação continuada de professores e a construção da reflexividade crítica. In: DALBEN, A. I. L. F. et al. (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 139–152.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2014.
- FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FELINTO, Renata. **A arte de ser negro: o currículo e a produção artística**. São Paulo: Editora, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDRICH, M. et al. **A trajetória da EJA no Brasil: do surgimento às políticas atuais.** *Revista Diálogo*, n. 16, 2010.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **O pensamento de educadores negros na década de 1930.** São Carlos: EdUFSCar, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua):** Rendimento de todas as fontes. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Discriminação Racial no Brasil.** Relatório de Pesquisa. São Paulo: Locomotiva, 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

REGIS, Kátia Evangelista; NERIS, Cidinalva Silva Câmara; RODRIGUES, Sávio José Dias. **O Global e o local na construção de uma educação emancipatória para o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira. Dossiê temático: Formação Docente, Práticas Pedagógicas e Relações Raciais e de Gênero.** Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6361/> Acesso em 15 jun 2021. *Revista Práxis Educacional*, 2020.

RAMOS, Marise. **Concepção de Ensino Médio Integrado.** Brasília: MEC/SETEC, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Coimbra: Almedina, 2007.